

Turismo Cultural e as Divinas Caixeiras de Alcântara, Maranhão (MA), Brasil

Cultural Tourism and *Divinas Caixeiras* from Alcântara, Maranhão (MA), Brazil

Cristiane Mesquita Gomes¹

Saulo Ribeiro dos Santos²

RESUMO - A cidade de Alcântara (Maranhão) festeja anualmente o Divino Espírito Santo, sendo reconhecida pela peculiaridade de sua forma de saudar a divindade. O diferencial está associado à presença histórica, no local, de tradições que remontam à formação dos quilombos em seu entorno. Tanto os quilombos como a Festa do Divino, estão profundamente associados à própria história da cidade. As comunidades quilombolas, por sua vez, se distinguem entre si por suas tradições e historicidade, o que legitima reconhecer a Festa do Divino, em Alcântara, como algo singular frente às demais no Estado do Maranhão. Entre os diferenciais está a participação das ‘sacerdotisas do Divino Espírito Santo’, também conhecidas como ‘Caixeiras do Divino’. As Caixeiras têm no tambor o seu instrumento de identidade cultural e memória familiar. Elas, além de chefes de família e agricultoras, dedicam parte do seu tempo diário, ao longo do ano, à construção da Festa do Divino. Buscou-se então compreender como o turismo favorece o fortalecimento da identidade local das caixeiras do Divino Espírito Santo da cidade de Alcântara. A metodologia se baseia em levantamento bibliográfico e roda de conversa que sustentaram a investigação nas tessituras etnográficas, ao mergulhar-se na investigação sobre o modo de vida destas remanescentes de quilombo, quando da feitura da festa, preparativos, ensaios e momentos mais corriqueiros do dia a dia delas, na cidade de Alcântara. Os resultados apontam que as caixeiras são mais que símbolos da festa do Divino Espírito Santo, representam uma identidade cultural de base quilombola que a partir do fortalecimento do turismo cultural em Alcântara será possível disseminar e propagar este personagem como membro da cultura local, conforme destacaram diversos entrevistados. Conclui-se que o turismo cultural é uma possibilidade de valorização das caixeiras de acordo com o que se tem percebido nos últimos anos.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Alcântara; Caixeiras; Divino Espírito Santo.

¹ Bacharelado em Turismo (Faculdade Atenas Maranhense). Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos (Universidade Estadual do Ceará). Doutorado em Turismo e Hospitalidade (Universidade Caxias do Sul). Professora do Instituto Federal do Maranhão. Membro do grupo de pesquisa “Turismo, Hospitalidade e Lazer”. E-mail: crismesquita@ifma.edu.br

² Bacharelado em Turismo (Faculdade Atenas Maranhense). Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial (Universidade Estácio de Sá). Doutorado em Gestão Urbana (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Doutorado em Geografia (Universidade Federal do Paraná). Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenador do Observatório do Turismo do Maranhão. Líder do grupo de pesquisa “Turismo, Cidades e Patrimônio”. E-mail: saulosantosma@uol.com.br

ABSTRACT - Alcântara (Maranhão, Brazil) annually celebrates the Divine Holy Spirit Party (Festa do Divino Espírito Santo), being recognized for the peculiarity of its way of greeting the divinity. The differential is linked to the historical presence of traditions that date back to the formation of the *quilombos* in its surroundings. Both *Quilombos* and the Divine Holy Spirit Party are deeply associated to the history of the city. The *Quilombos* communities distinguished from each other by their traditions and historicity which legitimately recognizes this party in Alcântara as something unique compared to others in Maranhão. Among the differentials, it is the participation of the ‘priestesses of the Divine Holy Spirit’, also known as ‘Caixeiras do Divino’. The *Caixeiras* have in their drum the instrument of cultural identity and family memory. As well as they are the heads of households and farmers, they devote part of their daily time throughout the year to the building of the Divine Holy Spirit Party. Then this study sought to understand how tourism favors the strengthening of the local identity of the *Caxeiras* of the Divine Holy Spirit Party in Alcântara. The methodology is based on a bibliographic survey and conversation group that supported the investigation in ethnographic structures, as it delves into the investigation of the way of life of these *quilombo* remnants, during the celebration, preparations, essays and most common moments of their days in Alcântara. The results indicate that the *Caixeiras* are more than symbols of this celebration, they represent a *quilombola*-based cultural identity and then from the strengthening of cultural tourism in Alcântara it will be possible to disseminate and propagate this character as a member of the local culture, as highlighted by various interviewed people. It was concluded that cultural tourism is a possibility of valuation the *Caxeiras* according to what has been perceived in recent years.

Keywords: Cultural Tourism; Alcântara; *Caixeiras*; Divine Holy Spirit Party.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa parte dos entremeios sobre a luta e resistência de povos negros segregados (quilombolas) do Maranhão (Brasil), tendo em suas práticas um modo de reafirmação cultural e unidade social (ALMEIDA, 2002; FABIANI, 2009), aqui enfocados no modo de vida das caixeiras de Alcântara no Maranhão. Sem a pretensão de aprofundar tais questões, pois, as mesmas emergem de uma pesquisa social maior, encontrada em estudos de Assunção (2010) e Almeida (2002; 2008; 2012), pretende-se falar de um símbolo de uma manifestação cultural do Estado do Maranhão, com foco no modo de vida das caixeiras do Divino Espírito Santo de Alcântara, que remanescem de quilombos e contam suas histórias e a agonia de seus antepassados em versos quando entoam suas caixas para louvar ao Divino (FERRETTI, 2005; GOMES, 2017; LIMA, 1988; ROCHA, 2008).

Justifica-se, a necessidade de investigar esse assunto, em decorrência do débito social existente com Alcântara, quanto pelo significado histórico, sociocultural e, principalmente turístico que a Festa do Divino Espírito Santo possui (CARVALHO, 2016). Este estudo ressalta o papel desempenhado pelas caixeiras, que nas pesquisas de Gonçalves e Leal (2014) constituem a mais importante representação da festa do Divino alcantareense.

A formação da Festa está diretamente relacionada e representada na história do Brasil (GOMES, GASTAL, CORIOLANO, 2015; LIMA, 1988; ROCHA, 2008). E se vincula também ao processo histórico social que culminou na formação de comunidades que tiveram que aprender a sobreviver após a introspecção do mercado de exportação de algodão e a migração dos nobres para outras áreas do estado, o que significou deixar Alcântara à mercê dos que ali restaram (LIMA, 1988; VIEIRA FILHO, 2005).

Os alcantarenses, então reorganizaram a história e contam a própria saga no fazer moroso do lugar (GOMES, 2017). A exemplo disso, ainda hoje a pequena cidade é cenário de uma das maiores festas religiosas do estado do Maranhão (CARVALHO, 2016; GOMES, GASTAL, CORIOLANO, 2015). As caixeiras do Divino (mulheres remanescentes do quilombo) são um expoente, com um modo único de tocar caixas e por em versos o dia a dia, o passado e o presente. Mesmo em se tratando de caixeiras maranhenses, as de Alcântara são consideradas ímpares, as únicas com capacidade de canto em uníssono (BARBOSA, 2015).

As práticas desenvolvidas pelas caixeiras alcantarenses constituem elemento de uma cultura própria das mulheres quilombolas com forte representatividade para o turismo. Destarte, questiona-se: de que forma o turismo contribui para o fortalecimento da identidade local das caixeiras do Divino Espírito Santo da cidade de Alcântara (MA)? Assim, tem-se por

objetivo compreender como o turismo favorece no fortalecimento da identidade local das caixeiros do Divino Espírito Santo da cidade de Alcântara (MA).

Para tanto, o desenho metodológico caracteriza-se como bibliográfico, documental, e empírico, com anotações em diário de campo, e, grupo focal, no qual reuniu-se as caixeiros e festeiras numa roda de conversa em 2013, onde se destacou a tradição cultural na construção da Festa do Divino Espírito Santo naquela cidade, e, as potencialidades enquanto oferta turística.

Assim, o artigo está estruturado em cinco tópicos: introdução, em seguida, aborda-se a história do povo alcantareense, de Tapuitapera à era da colonização europeia (período do comércio do algodão e da cana de açúcar no Maranhão – que culminaram em questões determinantes para a história da formação das comunidades quilombolas). Apresenta-se também a saga das mulheres caixeiros do Divino que constituem um dos principais atrativos da festa do Divino. Depois, o cenário turístico como fortalecimento da caixeira da festa do Divino Espírito Santo de Alcântara, e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para Richards (2018), a identidade faz parte da cultura, e a cultura do turismo, o que promove o deslocamento do turista para conhecer, descobrir e identificar culturas diferentes da sua, sendo o turismo cultural responsável hoje por 39% das chegadas internacionais no mundo (RICHARDS, 2018). Reforçando tal concepção, Lamy (1996) e Canclini (1994) compreendem que a identidade cultural se fortalece no espaço material e da memória e que o espaço representa o tempo na memória social. Adicionando a este assunto, destaca-se a visão de Choay (2001) para o qual o patrimônio engloba duas categorias – material e imaterial – “e que está ligado a composições econômicas, familiares e jurídicas de uma sociedade, situadas no tempo e no espaço” (SILVA, 2011, p. 109).

É válido ainda observar a visão de Lohmann e Panosso Netto (2012) ao afirmarem que o turismo é uma prática social e que implica em apropriação e uso do território, por meio da “ressignificação e refuncionalização de espaços” (CASTRO; TAVARES, 2016, p. 63). Indo além da concepção de que a atividade turística é um fenômeno social, acredita-se que as relações entre os homens no território seja um ponto de partida para além do significado e valorização (BARRETTO, 2007).

Por meio do turismo cultural acontece uma relação/encontro entre os sistemas sociais e culturais que produzirão mudanças em ambos. A integração cultural entre os povos continua

sendo umas das principais premissas do turismo desde a Carta de Havana que aborda a diversidade cultural e o turismo enquanto relação mútua e de aproximação entre as pessoas com fins ao fortalecimento do patrimônio cultural.

Nesta ótica, o turismo cultural tem como objetivo estimular, fortalecer e fomentar os recursos culturais de um determinado território com foco na atração de visitantes com perfil e características favoráveis à preservação, conservação, conhecimento e disseminação da cultura. Na visão de Barretto (2007), Baños Francia (2014) e Guerrero Rodriguez (2015) que se bem implementado e planejado, o turismo cultural consegue revalorizar o cotidiano de uma localidade, e até resgatar manifestações em risco ou já extintas

McKercher (2002) e Mousavi et al. (2016) trazem em seus estudos a classificação do turista cultural que reforça a concepção da centralidade, experiência e valorização da cultura, quando este escolhe um destino de acordo com motivações culturais. Tais características se aproximam ao modelo de Plog (1974) quanto aos tipos de turistas. Este perfil de turista valoriza a cultura local, além disso, o turismo cultural na concepção de Simões e Carvalho (2011, p. 08-09):

[...] reconhece-se no campo das ações de preservação patrimonial a importância da atividade turística no processo de renovação das áreas patrimoniais, bem como na valorização das manifestações populares tradicionais [...] Existe uma relação intrínseca entre turismo, memória e patrimônio cultural, na medida em que os valores simbólicos, as relações identitárias, a vivência cotidiana e festiva dos grupos sociais apresentam-se como importante recursos ou atrativos a serem transformados em produtos turísticos.

O turismo cultural aqui entendido como uma atividade que agrega valor aos bens culturais, e, que promove a relação social entre o turista e o autóctone, ampliando o contato entre os povos, assim como materializando as histórias e memórias de uma sociedade através da experiência e vivência em uma determinada comunidade (ANDA; JIMÉNEZ, 2017). Além disso, tem como premissa a valorização e o fortalecimento das identidades e manifestações culturais que potencializam e dão visibilidade às manifestações culturais, ou seja:

O turismo, por sua natureza e essência, implica a busca de diferenças que são traçadas pela cultura e pelo patrimônio. Ao representar um dos veículos mais importantes de divulgação cultural, o turismo emerge como instrumento de reafirmação de culturas e de patrimônios singulares. Esta atividade tem, na cultura e no patrimônio, esteios relevantes que lhe permitem promover encontros de singularidades (IRVING; AZEVEDO, 2002, p. 133).

Compreende-se a partir desta afirmativa que o turismo contribui para o fortalecimento da cultura de determinada localidade, criando um elo entre a comunidade e o turista, conforme vê-se nos resultados a seguir.

3. METODOLOGIA

Os percursos metodológicos deste estudo estão pautados na revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais sobre as temáticas “turismo cultural, identidade e território”, caracterizando-se como descritivo e exploratório, e de campo (GIL, 2008). Percorreu-se um caminho etnográfico, dada à imersão que fora necessária para conhecer a vida das caixeiras que carregam este legado singular. A pesquisa empírica foi realizada entre os meses abril a junho (do ano de 2013) com personagens da festa sendo 2 caixeiras, 4 festeiros e 30 participantes da Festa entre moradores e membros do Império do Divino, que foram ouvidos em uma roda de conversa. A seleção da amostra resultou da identificação das personagens fundantes da manifestação cultural, sugeridos pelos feitores mais antigos da festa.

O método etnográfico abrange os aspectos sociais do cotidiano das personagens investigadas, considerando sua singularidade cultural. Para Goldman (2006, p. 20) o método é legitimado ao “funcionar como matriz de inteligibilidade em e para outros contextos”. A etnografia mediou compreensão das ações e sentidos das Caixeiras, na forma de fazer a festa reproduzindo no legado seu modo de vida quilombola, contando e cantando seus ancestrais às gerações vindouras.

Buscou-se a imersão na vida, na história e na cultura das Caixeiras do Divino para atender ao caráter etnográfico da pesquisa. Além disso, buscou-se compreender o fato de habitarem os entornos de Alcântara, cidade esta, que convive com as consequências da derrocada econômica desde a saída dos europeus até a abolição da escravatura, quando um novo modo de vida se mescla e, é construída uma história e cultura diferente.

Para análise dos dados, optou-se por utilizar um software, o *MaxQDA*, um programa para sistematização de dados qualitativos, que examina as falas dos entrevistados, elege palavras referentes ao objetivo da pesquisa para intercruciar os resultados, o que facilitou a compreensão sobre como o turismo favorece no fortalecimento da identidade local das caixeiras do Divino Espírito Santo da cidade de Alcântara (MA).

4. RESULTADOS

4. DA HISTÓRIA DO POVO ALCANTARENSE

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Cidade Monumento Nacional em 22 de dezembro de 1948 (BARRETO JUNIOR, 2008). Cidade esta, da era da colonização europeia, que outrora esperou pela vinda do Imperador Português Dom Pedro II, e, que sofreu inúmeras modificações arquitetônica, paisagística e urbana construídas aos finais do século XIX, com a queda da exportação do algodão do Maranhão ao mercado europeu (PFLUEGER, 2014). Por conseguinte, a abolição da escravatura em 1888 e o reordenamento da produção agrícola (consequência da alforria dos trabalhadores), migrada, na época, do litoral para vales dos Rios Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré, levaram consigo a riqueza e ostentação do período imperial, iniciando declínio econômico da Vila de Alcântara (BARRETO JUNIOR, 2008).

Nos territórios do entorno urbano de Alcântara, há tradições dos índios e negros (BARRETO JUNIOR, 2008). São quilombos e comunidades que fazem questão de manter as características identitárias dos ancestrais, como demonstração de personalidade mantida nos legados culturais. Com a queda da economia algodoeira e açucareira acarretada por inúmeros fatores que marcaram o final do século XIX, os senhores migraram para a capital (São Luís), deixando aos ex-escravos terras alcantarenses (CAIRES, 2011).

A formação social destas comunidades quilombolas não se dá de forma ordenada e planejada, mas sim como consequência dos processos históricos que os conduziram a soluções e rearranjos imediatos após a promulgação da Lei Áurea (ALMEIDA, 2013). Tal lei, os impeliram ainda a aprenderem a viver em liberdade, donos da própria vida, da própria crença, o que inevitavelmente legitimaria a própria cultura, dantes disfarçada nos caprichos dos senhores de engenho (CAIRES, 2011).

Os quilombos passam a ser então, mais do que refúgio aos foragidos de outrora, um lugar de recomeço aos recém libertos, espaço de reafirmação de uma matriz cultural própria, lugar de resgate identitário e dignitário. No Maranhão, o marco da formação dessas comunidades, se dá após a crise econômica do algodão e do açúcar em final do século XIX (CAIRES, 2011).

A decadência no sistema agrícola e escravista pode ser vista como cenário desolador por alguns pesquisadores como Barreto Junior (2008). Ele analisou a história do município

maranhense e critica a antiga visão ‘etnocêntrica e elitista’, por não perceber outras formas de organização socioeconômica como possibilidade para o crescimento e desenvolvimento, assim como outras formas hierárquicas em que a cultura europeia já não está no topo da pirâmide.

É legado deixado pela nobreza a perspectiva de decadência de Alcântara após sua retirada. Gomes e Cardoso (2006) revelam que posterior as gestões territoriais senhoriais que duraram pouco tempo em Alcântara “[...] o contrário ocorrera com grupos de ex-escravos e indígenas, que aí permaneceram, constituindo *territórios específicos*, ancorados em categorias explicitamente estigmatizadas durante o período colonial, tais como *preto e caboclos*.” (p. 119 – grifo do autor).

Do modus produtor da agricultura local, após a retirada dos ricos e poderosos surgiram as novas técnicas agrícolas que “eram inspiradas na prática tupinambá da coivara”, segundo Caires (2011, p. 15). A coivara era uma forma de preparo da terra para o plantio com derrubada e queima da vegetação, onde as sobras eram aproveitadas para fabricar o carvão. “Essa forma de agricultura era menos agressiva porque adotava o pousio, período de descanso após algumas safras, permitindo que a vegetação se refizesse e que o solo se recuperasse.” (CAIRES 2011, p. 15).

De qualquer modo, uma atuação econômica organizada e executada pelos ex-escravos, caboclos e seus descendentes resultava, necessariamente, em comportamentos mais cuidadosos com o meio, pois, o objetivo da economia era a manutenção e reprodução de sua cultura, e não o lucro. O resultado final desse novo sistema econômico era a obtenção de uma ampla variedade de produtos, intensamente trocados entre os povoados, e a geração de alguns excedentes que eram comercializados nos mercados externos da região, especialmente São Luís e Alcântara (BARRETO JUNIOR, 2008). Em comparação com o sistema que a precedeu, era uma economia em franca desmonetização, voltada para as necessidades locais e que tendia à autossuficiência (CAIRES, 2011).

Nesse período de entrave, diante de queda econômica e abolição dos escravos, com a desmonetização e práticas de produção em réplica à forma indígena de plantio, formaram-se quilombos erigidos na região. Esses locais de tradição com regras próprias, cultura e forma de produção ímpar, têm a sua importância histórica e cultural reconhecida pela Constituição Brasileira de 1988, como territórios denominados ‘remanescentes de quilombos’ (SYDOW, 2004).

4.2 DO QUILOMBO À VILA DE ALCÂNTARA

Almeida (2006, p. 27) entende quilombo como sendo um território negro, onde acontece um trabalho autônomo, no qual recusam a submissão de terceiros, e que praticam a cooperação e reciprocidade, num ambiente familiar de “livre comercialização de sua produção agrícola e extrativa”. Mesmo sob esta compreensão, relatórios do governo federal apontam que 75% dos quilombolas ainda vivem na extrema pobreza, devido “a dificuldade de acesso a programas de incentivo à agricultura familiar, devido à falta do título da terra” (BRASIL, 2013, s/p). Por outro lado, há um trabalho de minimização desta situação quanto à certificação dos territórios, que somente em 2017 foram mais de 100 (BRASIL, 2017).

Estes extremos contribuem para a dizimação da historicidade, da identidade e o legado dos antepassados. Em Alcântara existiam mais de 100 (cem) comunidades remanescentes de quilombo, sendo as mais conhecidas: Brito, Baracatiua, Canelatiua, Itapera, Mamuna, Mamuninha, Mato Grosso, Retiro, Ponta de Areia (GOMES, 2017). Há ainda outras que abrigam remanescentes de quilombos que hoje vivem da pesca e da agricultura. Atualmente existem pouco mais de 90 comunidades ativas no entorno da cidade (GOMES, 2017).

Em termos geográficos, Alcântara compreende uma área territorial de 114 mil hectares contando com cerca de 22 mil habitantes descendendo, em sua maioria, de remanescentes de quilombos e indígenas. A maioria da população reside na zona rural, e, são pescadores e/ou agricultores, levando um modo de vida artesanal e tradicional (IBGE, 2017).

Os novos contornos ruralistas, funções e reorganização social coadunam com a formação da Alcântara, mantendo-se pacata e contida economicamente, construída a cada dia medindo forças e mantendo a força domínio de territórios e de suas histórias (GOMES, 2017). Neste contexto rural com que se identifica hoje o cotidiano do alcantareense, resistem comunidades remanescentes de quilombo (ALMEIDA, 2006).

Dos registros da atualidade, a cidade solidifica uma luta constante para manutenção e domínio próprio dos territórios, mas a luta tem se mostrado inglória para os quilombolas desde a derrocada da aristocracia e decadência econômica de Alcântara, pois, a sobrevivência destes é baseada na produção agrícola e pesca (ALMEIDA, 2006).

Quanto à nova conjuntura econômica: “ex-escravos e caboclos abandonados à própria sorte, porém livres, tornaram-se senhores das terras alcantarenses” (CAIRES, 2011, p. 13). Porém, existiu uma nova lógica organizacional que redefiniu a produção, dando novo sentido de produção, “ressignificando as práticas econômicas, reestruturando todo o sistema de valores sociais” (CAIRES, 2011, p. 13).

Pelos laços familiares e tradições culturais mantêm-se famílias remanescentes de antigos quilombos no entorno de Alcântara, caracterizados como “comunidades” (ALMEIDA, 2006, p. 17) que fundamentam a crítica de Almeida (2006, p. 20) quando situa a “decadência” econômica alcantareense como interpretação da derrocada dos estabelecimentos agrários da época condicionando nova economia camponesa.

Extrai-se sentença sobre os povoados erigidos em terras quilombolas que:

[...] se organizaram em torno do uso comum dos recursos naturais e dos mencionados portos, facultaram condições para a livre comercialização dos produtos agrícolas e extrativos desde a segunda metade do século XIX e, até o momento atual (CAIRES, 2011, p. 30).

A realidade das comunidades do entorno providencia um panorama contemporâneo da economia local perpetuando a ideia de estagnação econômica.

A noção de pertencimento e objetivos em comum tornam tensa a relação entre as comunidades e o Centro de Lançamento de Alcântara (base de lançamentos de foguetes da Força Aérea Brasileira) (ALMEIDA, 2006). Assim, no início da década de 1980, a cidade foi escolhida para sediar o Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara.

Os quilombos alcantareenses são lugares de memória construídos ao longo dos últimos quatro séculos, os quais foram sumariamente expropriado de seus domínios, com a implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, encerrando em alguns destes o legado secular para atender novos fins de interesse do Estado.

Os quilombolas suplantaram uma forma de vida agropastoril que revelava traços do passado tortuoso de um povo que lutou e morreu pelo direito à liberdade que fora erigido em terras, dantes, quilombolas (SCARPELINE, 2012).

Esses territórios, lugar de morada dos quilombolas alcantareenses, eram como as próprias casas destes, representavam a ‘barreira contra o horror do caos’ como disse Kant (1989). A casa encerrava em seu interior tudo que os homens acumularam ao longo da história. Logo, para os quilombolas a perda do território se equivaleria à perda da própria casa, e da referência que constituía identidade singular com um elo preso aos ancestrais e modos de vida ainda replicados na contemporaneidade. “Então o espaço da casa não refletiria a vida cotidiana como um todo, seria apenas um fragmento da história social de um tempo, uma amostra de cultura material” (SCARPELINE, 2012, p. 2).

Para conhecer as mudanças resultantes da evolução histórica é preciso preservar estes lugares de memória de Alcântara, que guardam o modo de vida, e a historicidade dos quilombolas do Maranhão. O que revela passado e presente simbiótico, indissolúvel,

vulnerável aos desmandos do Estado, não tão diferente da fragilidade socioeconômica a que esteve subjugado durante toda a construção da própria história (GOMES, 2017).

4.3 TURISMO CULTURAL E AS DIVINAS CAIXEIRAS DE ALCÂNTARA

As mulheres negras descendentes dos escravos africanos traficados para o Brasil, remanescentes quilombolas que cuidam de suas famílias através da agricultura e donativos que recebem durante o período da Festa são denominadas de Caixeiras (Figura1) (GOMES, 2017). Elas são também conhecidas como sacerdotisas que há muitas gerações conduzem os rituais festivos para o Divino Espírito Santo (GOMES, 2017). O toque das caixas é uma prática socialmente reconhecida no estado do Maranhão com direito e incentivo ao aprendizado, às trocas, às viagens para tocar e à formação de grupos. São elas, as caixeiras, que conduzem os complexos rituais religiosos dos cultos festivos (GOMES, 2017).

Elemento constituidor da Festa do Divino no Maranhão, as Caixeiras formam um “grupo restrito com código próprio de conduta e de exigências do conhecimento, difundido, respeitado, e transmitido de geração em geração” (IPHAN, 2006, p. 1). Assim, a sabedoria em tocar caixas e entoar cânticos, repetidos de cor ou improvisados, nos remete ao resgate de uma herança histórico-cultural, e a uma preocupação com a preservação da sociabilidade do grupo bem como de sua identidade cultural.

FIGURA 1: CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE ALCÂNTARA



Fonte: Gomes (2009)

De acordo com uma das caixeiras entrevistadas (caixeira A), a caixeira encontra-se ameaçada por motivos diversos, dentre eles, a ausência de sucessoras, desinteresse (como no caso das jovens mulheres) pelo desconhecimento da comunidade local como sendo um legado cultural do próprio território, que se confunde com a história da colonização brasileira e o tráfico negreiro. Outra entrevistada (caixeira B) ressalta também diferente aspecto que contribui para tal situação: o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) que durante a sua construção, “expulsou” as comunidades quilombolas para locais distantes do seu lugar de origem, intitulados de vilas agrícolas ou agrovilas.

O festeiro C, lembrou do acordo de salvaguarda entre Brasil e Estados Unidos para uso do CLA, onde novos temores sobre a perda da posse da terra voltam a rondar os quilombolas que ali resistem, assim como a fragilização das manifestações culturais típicas de comunidades remanescentes quilombolas³.

Em maioria, elas vêm de comunidades (remanescentes) quilombolas cuja origem se confunde com a construção coletiva do ritual (GOMES, 2017). Na análise, elas constroem a si próprias e os cânticos em louvor ao Divino partindo de experiências diárias. No livro *Caixeiras do divino de Alcântara: no bater da caixa estou convidando as foliôas*⁴, tem-se a explicação da música cantada: “são ternários ou binários⁵ compostos, com a expressão em círculo, e que carregam para a experiência do tempo circular, mantrico⁶” (IPHAN, 2006, p. 11).

As caixeiras formam grupo restrito, com regras próprias de inclusão de novas participantes. Para inserção no congregado de caixeiras, é necessário atender ao “código de conduta” ou conhecimentos específicos do toque de caixas. São as caixeiras grandes responsáveis pela construção da base material para a realização da Festa do Divino em Alcântara antes do século XX (IPHAN, 2006).

A origem das caixeiras está ligada às classes sociais menos abastadas e senhoras do Divino são, via de regra, mulheres idosas que sustentam famílias com as aposentadorias de trabalhadoras rurais. “Exercem função ritual e profissional estreitamente conectada com a devoção e compreensão da partilha e do compartilhar.” (IPHAN, 2006, p. 18). A morte de caixeira representa perda absoluta do repertório, pois, a maioria dos cânticos é de improviso e

³ HERMANSON, Marcos. Quilombolas denunciam Brasil à OIT por plano de expansão da Base de Alcântara. 2019. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/04/quilombolas-denunciam-brasil-a-oit-por-plano-de-expansao-da-base-de-alcantara/>>. Acesso em 26 abr. 2019.

⁴ Caixeiras, segundo fórmula de tratamento por elas utilizada para se autodesignarem.

⁵ Dois tempos ou três tempos por compasso.

⁶ Conjunto de sons pronunciados por determinado tempo entre um grupo social.

é nessa composição que a história destas mulheres é recontada, desde o passado trágico nas senzalas, até a atualidade (GOMES, 2017).

Durante os cortejos de viagens para recolhimento de donativos, em cujos momentos, novatas praticavam o toque e entonação de hinos. Cantam-se, em momentos pontuais da festa, como no diálogo com a Santa Croa⁷, ou com outras caixeiras. Em outro momento os cânticos saúdam quem chega à festa. Os cânticos de Alvorada e o dos cortejos sempre invocam a proteção ao Divino, associando melodia e toque de caixas com improviso criativo, de forma individual ou coletiva.

Em momentos em que o canto silencia, o toque de caixas segue em tons ritmados. Ao final da festa, os festeiros dividem com as caixeiras, sobras do angariado durante o festejo. Trigo, farinha de mandioca, óleo, refrigerante e toda a sobra é dividida com sacerdotisas do Divino, o que lhes garante ajuda significativa para provimento da sobrevivência material.

Em dialogismo veem-se as relações estabelecidas entre caixeiras e espaço onde vivem e reagem à marginalização do modelo capitalista. O dialogismo para Faraco, Castro e Tezza (1996) é um olhar que pretende captar a perspectiva global, para além dos aspectos do real. Os autores supracitados referem-se à cultura como vasto e complexo universo semiótico⁸, por entenderem o homem como ser de linguagem e consciência ativa que se constrói e se desenvolve alimentando-se de signos sociais.

Nesta análise emergem gestos singulares e representatividade das Caixeiras alcantarenses. São representações do feminino em luta por lugar reconhecido no escopo social, que se materializa no Festejo ao Divino quando louvam a divindade. Nesse momento são mais do que aposentadas ou produtoras rurais, são sacerdotisas do Divino. A relação das caixeiras com o sagrado é dialógica, focada no irreal, no dramatizado, idealizado, distante das realidades cotidianas.

No universo semiótico das caixeiras do Divino em Alcântara o que traduz a realidade é a forma como enxergam o sacerdócio e a importância da divindade na vida, independente do período do ano. Ou seja, no âmbito sociocultural e identitário indicado por Pramanik e Ingkadijaya (2018), o papel da caixeira tanto para a Festa do Divino Espírito Santo quanto para a cidade de Alcântara são inseparáveis, pois, não é somente o símbolo da pomba que representa a festa, mas também a caixeira, como destacado por Gomes (2007). Por outro lado, Ramchander (2003) acredita que o turismo cultural deva ser gerido de forma responsável em

⁷ Coroa do Espírito Santo.

⁸ Depende da visão de quem interpreta.

territórios como a exemplo de Alcântara, conforme historicidade já destacada por Almeida (2006) e Carvalho (2016).

Assim, a história das mulheres caixeiras do divino torna-se um relevante simbolismo da festa, ratificando a percepção de Barbosa Angelo (2014) e Forero Lloreda (2007), quanto a relação intrínseca entre o patrimônio cultural imaterial e a atividade turística, que vai além da ajuda mútua na perspectiva da valorização da identidade cultural e revalorização.

Ascanio (2004) e Paes-Luchiari (2007) afirmam que a cultura tem se tornado objeto do olhar turístico, devido à valorização dos bens culturais, o que fortalece a atratividade dos lugares. Em pesquisa do Observatório do Turismo do Maranhão (2017) durante a Festa do Divino em Alcântara apresenta que 68% são procedentes do próprio Maranhão, seguido dos estados de São Paulo (6%) e Rio de Janeiro com 4%. Em relação as faixas etárias 50% estão entre 26 e 45 anos. Dentre os pesquisados 29% possuem ensino superior completo, e permaneceram de 1 a 5 dias (71%), e se motivaram pela cultura (63%). Além disso, 55% estavam pela primeira vez na festa. Ou seja, compreendendo este perfil de visitantes, tem-se condições de direcionar melhores estratégias que possam ratificar a importância das caixeiras para a festa, como apontado por um dos participantes, que vê no turista um potencial meio de fortalecimento da identidade local. Além disso, este perfil é característico de quem busca a cultura conforme apresentam os estudos de Harvey (2003), Heilbrun e Gray (1993), Teo e Yeoh (1997) e Waitt (2000), em que diversos países como Espanha, Estados Unidos, Brasil e Singapura, Austrália reforçam a concepção sobre as experiências culturais e a valorização da cultura por parte não somente do visitante, mas do visitado em reafirmar seu pertencimento a um determinado grupo social.

Para Mousavi et al. (2016) o turismo cultural reconstrói identidades (nacionalismo, identidades e transnacionalismo). No caso específico de Alcântara com as caixeiras, seria possível de alguma forma contribuir para o fortalecimento desta identidade cultural que se caminha para a extinção conforme relatado por uma das caixeiras.

Por meio do turismo cultural é possível trabalhar a manutenção da identidade, do orgulho, da coesão do grupo e de promover o desenvolvimento social priorizando o lado cultural como afirma Jovicic (2014). Para os festeiros entrevistados, o turismo cultural é um aporte para que a Festa do Divino Espírito Santo aconteça todos os anos da forma tradicional, pois como um deles afirmou: “para manter a tradição, o turismo seria uma forma de sempre acontecer a festa, e também fazer com que o governo invista cada vez mais na valorização da cultura local”. Ou seja, o turista e a comunidade dependem um do outro, e para que o turista alcance a experiência autêntica depende da valorização cultural pela própria comunidade.

A busca por tradições culturais tem no turismo um mecanismo de fortalecimento do patrimônio imaterial, como o caso das caixeiros de Alcântara. Elas representam um conteúdo simbólico e/ou personagem da Festa do Divino Espírito Santo, como retrata um dos participantes, pois para ele, a partir do visitante é possível trabalhar um sentimento de pertencimento e valorização da cultura local. Reforça-se esta concepção apoiado nas visões de Pollak (1989) e Tuan (2012) quanto à memória do lugar, reconhecendo que as caixeiros são legítimas da história de Alcântara, e principalmente da Festa do Divino Espírito Santo, e, portanto, valorizar este “personagem” simbólico é reconhecer que este além de possuir um significado histórico, faz parte da sociedade alcantareense revestido de simbologias e significados que remetem a identidade local (CANCLINI, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tratativa apresentada com base nos autores, prospectou-se o turismo, enquanto meio para manter viva as raízes, os laços familiares, e, provavelmente, ajudar as caixeiros a manter viva a tradição na Festa do Divino, que é feita por elas na cidade de Alcântara. Considerou-se que o legado das sacerdotisas do Divino é fundamental para contar a própria história do lugar, assim como a importância do repasse da tradição para as gerações futuras que só pode ser feito pelas remanescentes dos quilombos da região, trabalhadoras rurais, reconhecidas por tocarem as caixas em uníssono, atrativo turístico reconhecido, daí a importância em manter o legado.

A pesquisa contribuiu para um olhar compreensível sobre o turismo cultural, enquanto segmento do turismo pautado num perfil antropológico e sociológico é indispensável para se entender as possíveis relações que o turista possui com a comunidade, mais especificamente com as caixeiros. Ele possibilita a continuidade do legado cultural de Alcântara, e tornando este elemento (caixeira) não somente um atrativo cultural imaterial, mas também turístico pautado em bases sustentáveis que possibilite a preservação e continuidade desta tradição.

Compreender a percepção dos atores partícipes do processo da pesquisa quanto a festa do Divino, possibilitou um novo olhar sobre a caixeira e sua representação simbólica e “turística” para a festa em si, e para a cidade de Alcântara. O resgate da memória das caixeiros e dos festeiros contribui para o fortalecimento e perpetuação da identidade cultural de negras remanescentes de quilombo que têm no Divino uma das formas de expressão cultural do seu povo. Ou seja, além da festa em si, compreende-se que a partir de do turismo cultural é

possível aliar ações que venham fortalecer ainda mais este valor simbólico e cultural, e principalmente identitário.

Mesmo com limitações quanto ao acesso a outras caixeiros do Divino, sugere-se que desdobramentos empíricos sejam desenvolvidos posteriormente com o objetivo de compreender a percepção dos turistas durante a Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara em relação a caixeira, enquanto um símbolo essencial desta manifestação cultural e religiosa.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luis: ECN / SMDH / PVN, v.1, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006.

ALMEIDA, M. C. P. O movimento quilombola na baixada ocidental maranhense: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro. In: XXVII Simpósio Nacional de História. **Anais...** Natal, 2013.

ANDA, L. A. S. de; JIMÉNEZ, G. C. Turismo e identidad en iberoamérica: estado del arte desde los estudios turísticos. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 9, n. IV, p. 569-588, out-dez, 2017.

ASCANIO, A. Turismo y desarrollo de la comunidad: un primer paso para rescatar la identidad cultural. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 2, n. 2, p. 155-161, 2004.

ASSUNÇÃO, M. R. A memória do tempo de cativo no Maranhão. **Tempo**. v. 15, n. 29, jul./dez., p. 67-110, 2010.

BAÑOS FRANCIA, J A. Turismo, identidad y espacio público en Puerto Vallarta, México. Apuntes sobre tres intervenciones recientes. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 12, n. 2, 491-498, 2014.

BARBOSA ANGELO, E. R. Identidades, festas e espaços dos imigrantes em Petrópolis, RJ, e suas relações com a história do turismo e da cidade. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 6, n. 2, p. 263-279, 2014.

BARRETO JUNIOR, I. M. Roteiro 5: Alcântara. In: LOPES, José Antônio Viana. São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara. **Guia de arquitetura e paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura e Viviendas, 2008.

BARRETTO, Margarita. Turismo y cultura: relaciones, contradicciones y expectativas. **Colección PASOS edita**, n. 1, 2007, 176p.

BRASIL. 2017. **Mais de 100 comunidades quilombolas já foram certificadas em 2017**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2017/07/mais-de-100-comunidades-quilombolas-ja-foram-certificadas-em-2017>>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

BRASIL. 2013. **No Brasil, 75% dos quilombolas vivem na extrema pobreza**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/05/no-brasil-75-dos-quilombolas-vivem-na-extrema-pobreza>>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

CAIRES, D. R. O barão republicano: Antonino da Silva Guimarães e a nova ordem em Alcântara na virada do século XIX. II Simpósio de História do Maranhão oitocentista. **Anais...** São Luís: UEMA, 2011.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23. Brasília, p. 95-111, 1994.

CARVALHO, K. D. Análise do potencial turístico da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara, Maranhão. **Turismo e Sociedade**. v. 9, n. 1, p. 1-18, jan.-abr., 2016.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. da C. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. **Revista Turismo Estudos e Práticas**. v. 5, n. 1, jan/jun., p. 57-87, 2016.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

COELHO, C. A. L. **Quilombos + escravidão e formação de quilombos no Maranhão**. Disponível em: <<http://limacoelho.jor.br/index.php/Quilombos-Escraavid-o-e-forma-o-de-quilombos-no-Maranh-o/>>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

FABIANI, A. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estudios Historicos**, n. 2, p.1-19, ago. 2009.

FARACO, C. A; CASTRO, G; TEZZA, A. (orgs). Diálogos com Bakhtin. In: FARACO, C. A; CASTRO, G; TEZZA, A. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

FERRETTI, S. Festa do Divino no Maranhão. In: CARVALHO, L. (org.). **Divino Toque do Maranhão**. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/ IPHAN, p. 23-31, 2005.

FORERO LLOREDA, E. Turismo cultural: patrimonio, identidad, territorios y sustentabilidad. Una mirada desde las ciencias de la complejidad. **Revista Escuela de Administración de Negocios**, v. 60, 165-182, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

GOMES, C. M.; GASTAL, S.; CORIOLANO, L. N. Hospitalidade na Festa do Divino: seu festejar em Alcântara e São Luís do Maranhão. **Cenário**, v. 3, n.5, p. 87-104, dez. 2015.

GOMES, C. M. **Turismo, cultura e a Festa do Divino em Alcântara (MA):** meu canto não pode parar. Fortaleza: EdUECE, 2017 (Ebook).

GOMES, M. A.; CARDOSO, M. S. D. Apropriação e manejo dos recursos em Santana de Caboclos – Terra de Santíssimo. In: ANDRADE, M.P.; FILHO, B. S. (Org.) **Fome de Farinha:** deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 113-144.

GONÇALVES, J.; LEAL, J. Festas do divino no Maranhão: uma aproximação de conjunto. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**. n. 60, p. 10-17, 2016.

GUERRERO RODRIGUEZ, R. La construcción de una identidad cultural y el desarrollo del turismo en México. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1019-1036, 2015.

HARVEY, D. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, D. (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 139-171.

HEILBRUN, J.; GRAY, C. M. **The economics of art and culture:** na american perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caixeiros do Divino Espírito Santo:** no bater da minha caixa estou convidando a folia. São Luis-Ma: IPHAN, 2006.

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002, p. 133.

JOVICIC, D. Cultural tourism in the context of relations between mass and alternative tourism. **Current Issues in Tourism**. v. 16, n. 6, p. 650-612, 2016.

KANT, I. **À paz perpétua**. Porto Alegre; São Paulo: L&PM, 1989.

LAMY, Y. (Org.). **L'alchimie du patrimoine**. Talence: Maison des Sciences de l'Homme D'Aquitaine, 1996.

LAZZAROTTI, O. Patrimoine et tourisme: un couple de la mondialisation. **Mappemonde**, v. 57, p. 12-16, 2000.

LIMA, C. **Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara (Maranhão)**. Brasília, DF: Ministério da Cultura-Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2012.

MCKERCHER, B. Towards a classification of cultural tourists. **International Journal of Tourism Research**. v. 4, p. 29-38, 2002.

MOUSAVI, S. S.; DORATLI, N.; MOUSAVI, S. N.; MORADIAHARI, F. Defining Cultural Tourism. In: International Conference on Civil, Architecture and Sustainable Development. **Anais...** London, 2016.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO MARANHÃO. **Infográfico Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara**. 2017.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. **Observatório Geográfico América Latina**, 2009.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (orgs.). **Patrimônio, Natureza e Cultura**, Campinas: Papyrus, p. 25-45, 2007.

PFLUEGER, G. **Ruínas do Imperador**. RCL Conferencia dos Lusíadas N. 32, Julho, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/3216.pdf>. Acesso em: 23/Abr/2018.

PLOG, S. C. Why destination areas rise and fall in popularity. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 55-58, 1974.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRAMANIK, P. D.; INGKADIJAYA, R. The impact of tourism on village society and its environmental. In: **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**; IOP Publishing: Bristol, UK, 2018.

RAMCHANDER, P. Towards the responsible management of the socio-cultural impact of township tourism. In: **Tourism and Politics: global frameworks and local realities**. Amsterdam: Elsevier, p. 149–173, 2003.

RICHARDS, G. Cultural tourism: a review of recent research and trends. **Journal of Hospitality and Tourism Mangement**. v. 36, p. 12-21, 2018.

ROCHA, M. de F. S. A festa do Divino Espírito Santo no Maranhão: uma proposta de glossário. **Dissertação** (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SCARPELINE, R. Lugar de morada versus lugar de memória: a construção museológica de uma Casa Museu. **Revista Musear**. Ano 1, n. 1, p. 77-91, jun. 2012.

SILVA, S. S. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**. Ano V, n. 7, p. 106-113, jan. 2011.

SIMÕES, M. L. N.; CARVALHO, K. D. Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural. In: VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **Anais...**, p. 1-12, out. 2011.

SYDOW, E. **Alcântara**: vida e resistência: comunidades remanescentes de Quilombos de Alcântara, Maranhão. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004.

TEO, P.; YEOH, B. S. A. Remaking local heritage for tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 1, p. 192-213, 1997.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 2012.

WAITT, G. Consuming heritage: perceived historical authenticity. **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 4, p. 835-862, out. 2000.

Recebido em: 27-04-2019.

Aprovado em: 14-09-2019.

Versão aprovada para publicação em: 15-09-2019.